

# Casuística e Inteligência em Drogas Ilícitas no Brasil

Mauro Spósito

(Delegado da Polícia Federal em Tabatinga)

Sumário: 1 – Introdução. 2 – Atividade de inteligência policial. 3 – Da inteligência antidrogas. 4 – Quadro atual na fronteira Brasil - Colômbia. 5 – Identificação das vulnerabilidades. 6 – Dos controles fluviais. 7 – Dos controles aéreos. 8 – Do controle das comunicações. 9 – Da monitoração territorial. 10 – Do controle de químicos.

## 1. Introdução

A Polícia Federal, considerando o quadro situacional vigente na América do Sul, e sob a premissa de que a questão do narcotráfico é de saúde e segurança pública, formulou a Estratégia Amazônica.

Assim, respeitada a sua missão constitucional, legislação penal brasileira e com base nos marcos de cooperação internacional para combate ao narcotráfico, a Convenção de Viena de 1998, que prevê a cooperação entre as partes a fim de que se possa fazer frente, com maior eficiência, aos diversos aspectos do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas que tenham dimensão internacional; a Convenção de Nova York, Assembléia Especial da ONU, realizada em junho de 1998, que ratificou a Convenção de Viena e consagrou o princípio da responsabilidade compartilhada entre os Estados-membros; os compromissos de cooperação no âmbito da Conferência Internacional de Controle de Drogas – IDEC, patrocinado pela DEA/USA, que propõe a identificação, investigação e desmantelamento das principais organizações de narcotráfico em seu país, relacionando seus vínculos com outros países e compartilhando a informação da investigação apropriada com outras nações-membro, bem como o desenvolvimento de programas de inteligência sobre drogas para apoiar e dar direção à missão operacional dentro dos

países; os compromissos de cooperação da Conferência Unidos Contra a Droga – UCD, patrocinada pelo Comando Sul/EUA, destinado a formular iniciativas para fortalecer a política de combate às drogas dos EUA para o continente sul-americano, através da compilação de conhecimentos obtidos, para aperfeiçoar os mecanismos de combate às drogas, através de uma abordagem multilateral e multiinstitucional; acordos bilaterais para repressão ao tráfico de drogas, e as peculiaridades do território nacional, foi definida a Política Setorial de Combate ao Narcotráfico para a região amazônica, sob os seguintes primados:

- 1) Obstruir o ingresso e trânsito de entorpecentes em território brasileiro;
- 2) Desestruturar as organizações criminosas que operam o tráfico de entorpecentes;
- 3) Neutralizar o fluxo financeiro proveniente dos lucros obtidos pelo tráfico de entorpecentes;
- 4) Erradicar plantios de epadu.

Para a execução de sua política setorial, direcionada a resultados de interesse público na área criminal, a Polícia Federal colocou em execução permanente os Projetos Bloqueio e Fechamento da Amazônia, mediante:

- 1) Definição de sua atuação a curto, médio e longo prazo;
- 2) Organização de um conjunto de procedimentos com aplicação de regras operacionais (métodos) de forma a maximizar a eficiência das ações policiais federais, dentro das limitações impostas a nível de governo, mantendo-se o moral dentro dos limites de tolerância;
- 3) Instituição de normas operacionais claras, precisas e eficazes para a execução da repressão interna e internacional, observada a legislação vigente;
- 4) Instituição de mecanismos de controle, contenção, interdição e repressão, sem afetar os direitos humanos, protegendo e preservando o cidadão e, ao mesmo tempo, desarticulando as organizações criminosas com ênfase em sua estrutura econômica financeira;

- 5) Fortalecimento da cooperação e integração policial internacional com as polícias da Bolívia, Colômbia e Peru, e intercâmbio de informações com as polícias dos demais países latino-americanos.

Desta forma, o Projeto *fechamento da Amazônia*, traduz o conjunto de ações integradas desenvolvidas por órgãos da administração federal e estadual, visando o efetivo controle da Amazônia Ocidental, e o Projeto *bloqueio* delinea as atividades preventivas e repressivas da Polícia Federal, através de 34 programas de trabalho, cujas linhas de ação, entremeadas, lograrão: a prevenção e redução do consumo, o controle da oferta, a erradicação dos cultivos, a fiscalização dos precursores químicos, a identificação e a captura dos responsáveis pelo tráfico de entorpecentes que agem na Amazônia.

Ambos projetos traduzem a sistematização operacional, embasada em ações de controle e de inteligência.

As Ações de Controle visam o exercício de atividades fiscalizadas para impedir a ocorrência de ações delitivas.

As Ações de Inteligência visam a obtenção de conhecimentos acerca de fatos delituosos ocorridos e a identificação de seus autores.

## 2. Atividade de inteligência policial

A partir da década de 80, as atividades de inteligência desenvolvidas para proteção do Estado e da sociedade sofrem profundas alterações, motivadas pelo avanço tecnológico e pelo fim da “guerra fria”, priorizando-se a busca de conhecimentos, em detrimento a da produção de informações. Tal comportamento é motivado em razão da identificação do perigo representado. Globalização do crime e/ou a “transnacionalidade das organizações criminosas” trouxeram como consequência o aparecimento de formas complexas de ações criminais que passam a afetar a comunidade internacional.

Para fazer frente a este fenômeno e tornar eficaz o combate a “criminalidade organizada”, a Doutrina de Inteligência, na maioria dos países

ses desenvolvidos e em desenvolvimento é alterada para privilegiar a busca do conhecimento formal (a verdade provada), em três campos básicos: *pessoal*; *eletrônico*; e *imagem*.

Diante deste quadro, organismos policiais de todo o mundo tiveram que desenvolver novas técnicas de investigação que viessem a tornar mais eficiente o combate à “criminalidade da era cibernética”, desenvolvendo a *inteligência policial*.

A *inteligência policial* é a atividade exercida pelo Organismo Policial, fundada em preceitos legais, que consiste na produção e proteção de conhecimentos, realização de estudos, análises e elaboração de planos de combate e prevenção à criminalidade, visando atender às necessidades do trabalho de polícia judiciária, na produção de provas e na revelação de evidências sobre a ação criminosa dissimulada e complexa.

Com características próprias, típicas dos fundamentos de sua doutrina, que prevê a obediência aos preceitos legais, ao estado democrático de direito, o respeito à dignidade da pessoa humana em seus direitos e garantias individuais e o combate aos crimes previstos na lei penal, sempre em proveito dos elevados interesses da justiça e em defesa da sociedade, diverge da *inteligência clássica*, destinada a proteção do Estado, da *inteligência militar*, voltada para a defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, e da *inteligência científica*, que busca conhecimentos humanos segundo sua natureza e progresso, para metodizar regras e preceitos.

A atividade de *Inteligência Policial* é exercida em dois níveis distintos: Estratégico e Tático.

Nível Estratégico: onde são definidas as diretrizes gerais de ação do organismo policial, estabelecendo a sua política de atuação em face à criminalidade, elaborando estudos e planos e estabelecendo metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazos.

Nível Tático: em que são definidas as diretrizes específicas de atuação e combate a determinados crimes em particular, com a definição das linhas de investigação e das técnicas e métodos a serem utilizados na execução de ações e operações de Inteligência Policial.

### 3. Da inteligência antidrogas

O conhecimento é a base para a produção de provas durante a instrução de procedimento e/ou processo criminal, bem como para subsidiar o planejamento e a execução de outras ações, operações e diligências policiais ou para revelar a situação da criminalidade em determinado momento ou, ainda, estimar a sua evolução. É o produto final resultante da análise dos relatos e indícios obtidos durante as ações, operações e investigações policiais.

A comercialização e consumo de drogas, e a estrutura organizacional transnacionalizada que promove sua sustentação, são os problemas políticos que mais afligem a comunidade internacional neste fim de século, sendo tema de permanente análise e discussão.

A preocupação generalizada a respeito da fenomenologia das drogas não logrou êxito acerca do que deve ser feito para enfrentar o problema, existindo posicionamentos diversos, cujas contradições superam a universidade da questão, delineada para por cobro a proliferação das drogas, sendo que a única unanimidade existente é que norteammento de qualquer tipo de política a ser adotada deve ser precedido de atividades de “inteligência”, sob a égide de um ordenamento jurídico, onde a aplicação da lei se faça de forma a proteger a saúde pública, o indivíduo e a sociedade.

E neste diapasão, quando cabível, o castigo penal deve ser imposto a todos os integrantes da cadeia delinqüencial, em consonância com suas responsabilidades criminais, observada a gradação dos benefícios econômicos ilicitamente recebidos e o potencial ofensivo representado à sociedade.

Para se alcançar tal desiderato, é imperativo tipificar com precisão o envolvimento de cada membro da organização criminosa, com vista à eficiência da aplicação da Justiça, e, para tanto, é fundamental que a Investigação Criminal se lastreie em atividades de “inteligência”, que legitimam o trabalho policial, refugindo-se da espetacularidade de ações para satisfazer os meios de comunicação, incriminando pessoas que, na maioria das vezes, não tem importância real nas estruturas do tráfico de

drogas e, principalmente, para inibir o desvio de conduta dos agentes do Estado encarregados da persecução aos delinquentes, seja pela prática de abusos de poder ou da corrupção.

O êxito na repressão ao tráfico ilícito de drogas e delitos conexos está baseado na capacitação dos agentes públicos em métodos técnicos, com fundamento científico, para formulação de conhecimentos, realização de estudos, análise e elaboração de planos de combate e prevenção à criminalidade, na produção de provas e na revelação de evidências sobre a ação criminosa dissimulada e complexa, obedecendo-se aos preceitos legais, ao estado democrático de direito, o respeito à dignidade da pessoa humana em seus direitos e garantias, sempre em proveito dos elevados interesses da justiça e em defesa da sociedade.

#### 4. Quadro atual na fronteira do Brasil – Colômbia

Um dos fenômenos mais complexos e de maior impacto negativo que assolou a Colômbia nestas últimas décadas foi o narcotráfico, em todas as suas manifestações básicas e efeitos correlatos, a partir da produção, processamento, tráfico e consumo, que converteu – se no epicentro da geração da violência e da corrupção, que desfigura a imagem daquele país.

As Organizações Criminosas Colombianas, anteriormente denominadas “Cartéis”, com o predomínio dos grupos de Cali e Medellín, após o combate empedernido desencadeado pelo Governo da Colômbia, foram reestruturadas em múltiplas associações, basicamente de cunho familiar, que agem sob a proteção de “governos paralelos”, seja guerrilha ou paramilitar, os quais sustentam suas necessidades de uma guerra cada vez mais exigente de recursos, através dos lucros ilícitos do narcotráfico.

Dentre estes “governos paralelos”, destacam-se as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, não apenas pela dimensão de seu efetivo, como também pela abrangência de domínio sobre o território colombiano, importando, diretamente na maior participação dos lucros do narcotráfico, cujos ingressos são provenientes de diferentes “impostos” associados à produção, processamento e exportação de drogas.

Desde a década de 60, o território colombiano vem sendo vítima de uma conflagração interna que já custou à Colômbia dezenas de milhares de mortos e feridos, e, atualmente, se estende por mais de 50% do país, e a partir de 1984, as FARC, para financiar seu movimento político e fortalecer sua infra-estrutura militar, passam a exercer controle sobre os cultivos de coca em território colombiano, cobrando “imposto” sobre as áreas plantadas.

Em 1994, com a perda de patrocinadores externos e ante a necessidade de maiores ingressos, passam a fomentar os plantios de coca, obrigando a população rural a cultivar folhas de coca, cujas colheitas são obrigatoriamente taxadas.

Com isto, o governo colombiano passa a desencadear ações para frear o cultivo de coca no sul da Colômbia, especialmente nos Departamentos de Caquetá e Putumayo, que se intensificam a partir de meados de 1996.

Este posicionamento passa a ser contestado por numerosas manifestações de lavradores, que protestam contra a erradicação dos cultivos levados a termo pela constante fumigação das lavouras pelo Governo Colombiano, surgindo o movimento que passa a ser conhecido como Marchas dos Camponeses do Putumayo. Para conter as manifestações foram empregados Comandos Especiais do Exército, que em julho de 1996, através da Operação Conquista II, reassumem o controle da área.

A área compreendida entre os limites de Meta, Caquetá e Putumayo que vinha sendo controlada pelas FARC há mais de uma década e nos idos de 1995, possuía cerca de 5.000 a 10.000 hectares de cultivos ilícitos de coca, cuja exploração era a principal fonte de renda das famílias de lavradores residentes no local. O Bloco Sul das FARC, distribuído em 9 Frentes de Combate, controlava a área com cerca de 1.500 homens em armas e tinham na proteção dos cultivos e laboratórios de pasta-base sua maior fonte de rendimentos.

Em represália às ações do Exército, em 30 de agosto de 1996, o Bloco Sul das FARC assalta o Batalhão de Selva n.º 49, com sede em “Las Delicias”, Putumayo. Deixam vinte e oito soldados mortos e os sessenta restantes foram aprisionados.

A partir desta ação, recrudescem as ações guerrilheiras, que objetivam, como se expressou o líder máximo das FARC, Manuel Marulanda, vulgo Tirofijo, humilhar as Forças Armadas e colocar o Governo Colombiano de joelhos. Para tanto, passam a incrementar os cultivos de coca, incentivando e, até mesmo, ameaçando os lavradores a efetuar os plantios ilícitos. No campo militar, são intensificados os ataques, sendo capturados os membros das Forças Armadas e da Polícia, para serem trocados após comoção popular.

Na região da Orinóquia, onde se concentram os grandes laboratórios de refino de cloridrato de cocaína, em razão das facilidades de transporte de produtos químicos pela rede fluvial do Rio Guaviare, assumem o controle do sistema produtivo do entorpecente.

Em menos de cinco anos, a Colômbia, que detinha o último lugar entre os países produtores de folha de coca, passa a ser maior produtora, triplicando a área de produção, apesar dos esforços do governo em fumi-gar quase diariamente extensas áreas de cultivo de coca.

No Putumayo, onde, em 1995, existiam de 5.000 a 10.000 hectares de cultivos ilícitos de coca, na atualidade superam os 60.000 ha.

A posição política das FARC faz com que, em curto espaço de tempo, a Colômbia, apesar de todos os esforços governamentais em fumi-gar as plantações ilícitas e eliminar os cartéis que controlavam a produção e comercialização da cocaína, aumente a disponibilização de droga para o mercado internacional.

A aliança das FARC aos narcotraficantes passa a ser um novo marco do sistema básico de elaboração da cocaína, com o domínio quase que total da Orinóquia e Amazônia Colombiana, ampliando os níveis de produtividade do cloridrato de cocaína, e impedindo a ação das Autoridades Governamentais encarregadas da repressão.

A maior produção da matéria-prima da cocaína em território colombiano faz com que os preços do entorpecente baixem, principalmente pela supressão, em parte, dos custos do transporte da pasta-base de cocaína do Peru e da Bolívia para a Colômbia.

Na atualidade, a quase totalidade dos cultivos de coca, dos grandes laboratórios de refino de cloridrato de cocaína, das pistas de aterrissagem

clandestinas, e das vias de acesso de precursores químicos, são controladas pelas FARC, apesar de, por motivos políticos, negarem publicamente sua participação na produção e comercialização de cocaína.

Neste contexto, verifica-se:

- a. Complexo Barrancomina, integrado por doze pistas de aterrissagem clandestinas, onde são produzidas, em média, 30 toneladas mensais de cloridrato de cocaína. Referida região acha-se sob domínio da *Frente 16 do Bloco Oriental* da FARC, sob comando de Tomás Medina Caracas, vulgo Negro Acássio.
- b. Complexo Caruru, integrado por 7 pistas de aterrissagem clandestinas, com produção estimada de 8 toneladas mensais de cloridrato de cocaína. Referida região está sob domínio da *Frente 07 do Bloco Oriental* da FARC.
- c. Complexo Caño Jabon, integrado por 8 pistas de aterrissagem clandestinas, com produção estimada de 4 toneladas de cloridrato de cocaína por mês. Referida região está sob domínio da Companhia Móvel Juan José Rondon do *Bloco Oriental* da FARC.
- d. Complexo Refúgio, integrado por 2 pistas de aterrissagem clandestinas, com produção estimada de 1 tonelada de cloridrato de cocaína por mês. Referida região está inserida na Zona Liberada de San Vicente Del Caguan, e sob domínio da Companhia Móvel Teófilo Forero C. do *Bloco Sul* das FARC.
- e. Complexo Taraira, integrado por 3 pistas de aterrissagem clandestinas, com produção estimada de 1 tonelada de cloridrato de cocaína por mês. Referida região está sob domínio da *Frente 01 do Bloco Oriental* da FARC.
- f. Complexo Angostura, integrado por 2 pistas de aterrissagem clandestinas, com produção estimada de 700 quilos de cloridrato de cocaína por mês. Referida região está sob domínio das *Frentes 32 e 48 do Bloco Sul* da FARC.

Portanto, verifica-se que as atividades de produção da cocaína estão centralizadas em zonas selváticas, onde ficam os acampamentos das frentes das FARC e o ordenamento de suas atividades é realizado a partir do recebimento de armas, munições, gêneros alimentícios, medicamentos, combustível, e outras necessidades, em grande parte provenientes de território brasileiro, e que são pagas com cloridrato de cocaína.

## 5. Identificação das vulnerabilidades

Colômbia e Brasil apenas se interligam por via fluvial e aérea, inexistindo meios de transporte terrestre que adentrem os territórios de ambos os países. As cidades de Tabatinga/BR e Leticia/CO, lindeiras na zona fronteira, não se comunicam com o restante de seus respectivos países por estradas.

A Colômbia, atualmente considerada a maior produtora de cocaína do mundo, é de influência andina e com economia e desenvolvimento voltados para o Pacífico, possuindo regiões inóspitas, de pouca presença estatal, encravadas entre a Cordilheira dos Andes e a fronteira brasileira, onde se concentram a quase totalidade dos plantios de coca.

No Brasil, o Estado do Amazonas, único limítrofe à Colômbia, face a proximidade com as regiões produtoras de coca, é considerado essencial para obstrução da droga em território nacional, quer para trânsito para outros países, como também para o mercado consumidor interno.

Os laboratórios, tanto de processamento de pasta-base de cocaína, como os de refino de cloridrato de cocaína, são instalados preferencialmente em zonas selváticas, onde se acham mais protegidos das investidas dos organismos encarregados da repressão.

Com isto, verifica-se que as atividades de produção da cocaína estão centralizadas na selva, onde os meios de comunicação entre os chefes das organizações criminosas e os encarregados da produção e transporte da droga se limitam às comunicações de rádio e telefonia satélite, sendo que este último meio é pouco utilizado em razão da facilidade de localização do usuário.

A análise do contexto geográfico possibilita afirmar que a cadeia de comando existente para a produção da cocaína utiliza, em sua quase totalidade, para transmitir ordens, comunicações em HF, para os pontos onde estão sediados os laboratórios, e, em VHF, para orientar o pouso de aeronaves que transportam a droga.

## 6. Dos controles fluviais

A fronteira Brasil-Colômbia com 1.644 km, caracteriza-se pelos rios de penetração *Solimões-Amazonas*, *Içá-Putumayo*; *Japurá-Caquetá*; *Waupés-Vaupés*; e *Negro*, em cujos leitos, junto a linha de fronteira, formam pontos estratégicos de fiscalização, propiciando o controle do acesso ao território brasileiro de embarcações, pessoas e cargas.

Para efetivo controle daqueles cursos fluviais, configura-se o seguinte quadro operacional:

Solimões-Amazonas	Base Anzol
Içá-Putumayo	Posto de Controle de Fronteira Ipiranga
Japurá-Caquetá	Posto de Controle de Fronteira Bitencourt
Waupés-Vaupés	Posto de Controle de Fronteira Iauaretê
Negro-Negro	Posto de Controle de Fronteira Cucuí

Além dos postos fixos de fiscalização, cada curso de rio possui Patrulhamento Tático Fluvial.

Os trabalhos desenvolvidos são retratados em formulário próprio, onde se cadastra a embarcação, tripulação, passageiros e carga, os quais são processados individualmente e formam um banco de dados.

## 7. Dos controles aéreos

As grandes distâncias a serem percorridas em meio à floresta amazônica fazem com que o transporte aeronáutico seja de fundamental importância.

A inospitalidade da região, aliada à extensão territorial marcada pelo vazio demográfico, que contribuem para ocultar as atividades dos narcotraficantes, são utilizadas como trunfos para o eficiente combate daqueles que operam na clandestinidade em território brasileiro.

As dimensões territoriais, verificadas a partir das zonas produtoras de coca, até alcançar os centros urbanos onde se processam as exportações de cocaína, ou, em menor escala, colocadas em disponibilidade para o consumo, traduzem que, obrigatoriamente, as aeronaves, utilizadas no transporte de cocaína, necessitam de reabastecimento de combustível.

Tal conclusão traduz que, fiscalizando-se o abastecimento de combustível de aeronaves, é possível se exercer o controle do tráfego aéreo, desde que as informações sejam submetidas a processamento metodológico geo-estratégico.

A fiscalização na venda do combustível aeronáutico, realizada a partir da refinaria, abrangendo os distribuidores e revendedores, até atingir o consumidor de forma sistêmica, denominado *Controle de Abastecimento e Pouso de Aeronave – CAPA*, controla o ingresso, trajeto e saída de aeronaves na Amazônia.

As dimensões continentais da Amazônia Brasileira e a quase inexistente malha rodoviária faz com que o transporte aéreo seja uma necessidade para se alcançar os mais longínquos rincões do território brasileiro.

Paralelamente a essa imperiosa necessidade de serem construídas pistas de pouso para o desenvolvimento regional, surgem aqueles que operam as aeronaves do narcotráfico e abrem pistas de pouso clandestinas cuja finalidade é fazer o transbordo de cargas de entorpecentes, armazenar drogas e depositar combustível para reabastecer as aeronaves em sua rota, razão pela qual se desenvolve o programa de trabalho denominado NITRO, destinado a cadastrar todas as pistas de pouso da Amazônia, identificando as utilizadas pelos traficantes de entorpecentes e destruindo as consideradas clandestinas.

## 8. Do controle das comunicações

A monitoração do espectro eletromagnético, nas áreas limítrofes às zonas produtoras de cocaína, centralizadas em zonas selváticas, onde os meios de comunicação entre os chefes das organizações criminosas e os encarregados da produção e transporte da droga se limitam às comunicações de rádio transceptores HF e VHF, com bases instaladas em Boa Vista/RR (MONITINS), São Gabriel da Cachoeira/AM (MONIGRO), Tabatinga/AM (MONITINGA), Cruzeiro do Sul/AC (MONIRUA), Rio Branco/AC (MONIRUS), Porto Velho/RO (MONIDEIRA), Tefé/AM (MONIFÉ) e Manaus/AM (MONINAUS), que conformam os programas MONI, identificam as frequências utilizadas por organizações criminosas, possibilitando o acompanhamento das mesmas e intercambiando os dados com outras unidades, permitindo localizar da origem das transmissões. Em paralelo, realiza-se a monitoração de telefonia convencional e celular.

## 9. Da monitoração territorial

O programa de trabalho denominado OG – Olho Grande, desenvolvido em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, destina-se ao Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto (multi-temporais), visando a monitoração da Amazônia Brasileira, com a finalidade, dentre inúmeras outras, de detectar pistas de pouso clandestinas implantadas pelo narcotráfico, danos ambientais provocados pela ação devastadora de garimpos e madeireiras, comunidades indígenas e ribeirinhas e áreas sensíveis.

## 10. Do controle de químicos

O controle da produção, consumo e transporte de produtos químicos utilizados na fabricação de drogas ilícitas é realizado por imperativo legal, de forma sistemática, a partir do cadastro de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que manuseiam aqueles produtos.

Para se avaliar as formas como os produtos químicos são desviados para os centros de produção de cocaína, há que se ter em consideração a origem dos mesmos, os meios de transporte empregados, e que cerca de 90% da produção de pasta de coca e pasta-base de cocaína são oriundos do Peru e Colômbia, de regiões que, vindos de território brasileiro, só podem ser alcançadas por via aérea ou fluvial.

Da mesma forma, cerca de 80% de toda a produção de cloridrato de cocaína está sediada na Colômbia, em zonas que, oriundas de território brasileiro, só podem ser alcançadas por via aérea ou fluvial.

Por via aérea, aquelas localidades são servidas por aeródromos que apenas permitem o pouso e decolagem de aeronaves de pequeno porte, em média com capacidade máxima de carga de 500 kg, o que inviabiliza economicamente a produção da cocaína, face os altos custos do transporte aéreo e os riscos dele decorrentes, razão pela qual a via aérea é descartada no transporte dos produtos químicos precursores do desse transporte.

Com isto, a única forma de se adentrar território colombiano ou peruano, transportando produtos químicos, vindos do Brasil, é por via fluvial, cujos trajetos que possibilitam o trânsito de embarcações passíveis de receber aquela carga são os rios; Solimões, fiscalizado diuturnamente por policiais federais em serviço na Base Anzol; Negro, fiscalizado pelo Confron-Cucuí; Vaupés, fiscalizado pelo Confron-Iauaretê; Japurá, fiscalizado pelo Confron-Bitencourt; Içá, fiscalizado pelo Confron-Ipiranga; e Javari, fiscalizado pelo Confron-Javari.

Diante deste quadro, é possível se afirmar que os precursores químicos destinados ao processamento da cocaína em território peruano e colombiano não cruzam pela Amazônia Brasileira, vez que, além dos controles assinalados, toda e qualquer carga oriunda do exterior ou de outras unidades federativas brasileiras, que se destinam ao Peru e a Colômbia, são acompanhadas e comunicadas às autoridades policiais daqueles países.

Há de se ter em consideração que, devido aos tratados internacionais de limites e navegação, tanto o Peru, como Colômbia e Bolívia, possuem livre trânsito pelo rio Amazonas, seus afluentes e confluente, para alcançarem as regiões daqueles países banhadas pela bacia amazônica, bem como que a maioria dos laboratórios de refino de cocaína, de

grande porte, estão situados na área de influência do Rio Guaviare, integrante da bacia do Orenoco e não do Amazonas.

Para otimização dos serviços de controle de químicos, estão implantados Núcleos de Investigação de Desvio de Produtos Químicos – NUQUIM, junto às unidades de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Base Anzol, Ipiranga, Bitencourt, Iauaretê e Cucuí.

